

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NA BAHIA: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS TERRITÓRIOS RURAIS E DA CIDADANIA

Clesio Marcelino de Jesus¹

1 INTRODUÇÃO

O enfoque territorial vem se constituindo como uma importante estratégia executada nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil e em boa parte da América Latina. Algumas dessas políticas possuem trajetória superior a uma década de ações já realizadas. Assim sendo, nosso objetivo, neste capítulo, é o de verificar se a indução governamental para a composição de arranjos socioprodutivos em territórios rurais tem sido bem-sucedida, no sentido de reduzir as assimetrias regionais, em termos socioeconômicos, propiciando o desenvolvimento territorial, com inclusão social e econômica.

Para tanto, direcionamos nosso estudo aos territórios baianos. Conforme apresentado nos capítulos anteriores, na Bahia existem três políticas de indução à formação de territórios: duas do governo federal – a primeira, por meio do Programa Territórios Rurais (TRs), abarca treze territórios;² já a segunda política, o Programa Território da Cidadania (TCs) incorporou nove dos treze TRs – e uma de âmbito do governo estadual, denominada Programa Territórios de Identidade (TIs), que subdividiu todo o estado e criou 27 recortes territoriais sobrepostos aos TRs e TCs.

Nosso objeto de estudo é aplicado a doze territórios rurais baianos, aqueles que foram criados nos primeiros anos do programa do governo federal, entre 2003 e 2004, e que totalizam 204 municípios. O território Itaparica (TR e TC) foi criado no mesmo período, mas foi excluído por conter municípios de dois estados (Bahia e Pernambuco).

Os objetivos específicos deste trabalho são: procurar identificar e caracterizar o perfil demográfico, geográfico e a composição municipal das doze experiências territoriais baianas induzidas por políticas públicas; analisar e verificar a trajetória socioeconômica dos municípios que compõem cada território a partir de um conjunto de dados socioeconômicos selecionados para as décadas de 1990 e 2010; além de verificar alguns resultados que as políticas sociais e territoriais têm promovido sobre a sociedade.

1. Professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU). *E-mail*: <clesiomj@ufu.br>.

2. O programa está em ampliação, em 2015 atingiu a marca de 239 territórios rurais criados no Brasil, incorporando novos territórios na Bahia. Para mais detalhes, ver: <www.mda.gov.br>.

Nossa hipótese é a de que a desigualdade socioeconômica entre os territórios considerados mais deprimidos, no estado da Bahia e também em relação à média nacional, vem sendo reduzida na década de 2000, quando as ações de políticas sociais e de políticas territoriais ganharam destaque.

No caso do delineamento metodológico, as informações das variáveis vieram de várias fontes, a saber: *i*) Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013; *ii*) Portal Transparência do governo federal; e *iii*) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados (Sidra). O Atlas de Desenvolvimento Humano é uma plataforma que disponibiliza dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Constitui-se em uma ferramenta que apresenta uma série de dados relacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade. O principal objetivo do atlas é o de fornecer informações socioeconômicas da realidade brasileira, desagregando em níveis municipal e estadual e nos níveis das regiões metropolitanas (RM).

A partir do Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013, em um primeiro momento, foram coletados dados dos 417 municípios da Bahia referentes às seguintes variáveis: *i*) população; *ii*) crescimento populacional; *iii*) Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; *iv*) mortalidade infantil; *v*) energia elétrica; *vi*) saneamento; *vii*) habitação; *viii*) educação; *ix*) renda *per capita*; *x*) pobreza; e *xi*) extrema pobreza. Em um segundo momento, para uma melhor compreensão das dinâmicas territoriais, agregaram-se os municípios baianos de acordo com o recorte territorial proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para os doze territórios estudados, totalizando 204 municípios, calculando-se assim informações territoriais a partir da média ponderada – metodologia descrita no final desta seção. Com base nesses cálculos, foi possível analisar a evolução das transformações socioeconômicas ocorridas nos territórios estudados, bem como verificar o grau de desigualdade existente. Além de possibilitar comparações entre os próprios territórios do estado. Ademais, as informações extraídas permitiram confrontar a realidade dos territórios com a da Bahia e a do Brasil.

A segunda base de dados utilizada foi extraída do Portal da Transparência do governo federal, que consiste em uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em 2004, com o intuito de dar informações sobre a aplicação dos recursos públicos, dentre as quais, as transferências de renda, os gastos diretos e a execução orçamentária e financeira. No âmbito das transferências, o portal disponibiliza informações a respeito do Programa Bolsa Família³ (PBF), em especial no que concerne ao número de famílias beneficiadas e o valor de repasse para cada família.

3. O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00 mensais e está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Ver: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>.

Neste estudo, a utilização dos dados referentes ao PBF possibilita uma avaliação mais concreta da importância dos recursos do programa nos territórios da Bahia, comparando tanto com a realidade do estado como a do Brasil. Para tanto, o trabalho coletou o número de famílias beneficiadas e o valor total do repasse para cada família dos 417 municípios baianos, nos anos 2004, 2010 e 2013. Assim como ocorreu com os dados do atlas, os municípios foram distribuídos de acordo com o recorte territorial proposto pelo MDA para o estado e, posteriormente, procedeu-se ao cálculo das informações territoriais.

Por fim, buscou-se os dados referentes ao valor agregado bruto (VAB) e o produto interno bruto (PIB), contidos no Sidra, uma base de dados que apresenta informações agregadas de pesquisas e estudos do IBGE. Novamente, para fins metodológicos deste trabalho, optou-se por coletar os dados do VAB e do PIB de todos os municípios baianos, nos anos 2000 e 2010. Na sequência, os municípios foram alocados nos seus respectivos territórios e executou-se o cálculo das informações. Os dados do VAB possibilitaram uma análise do peso dos diferentes setores nos territórios da Bahia, bem como a participação do setor público na economia dos territórios. Por sua vez, os dados do PIB, a partir de valores deflacionados para o ano de 2010 e com base no deflator do IBGE, permitiram uma análise mais crítica da evolução do comportamento do PIB.

Para analisar melhor os dados territoriais, considerando as três bases de dados utilizadas, agregamos os municípios por território e, em seguida, realizou-se o cálculo das informações territoriais a partir da média ponderada. No cálculo da média ponderada exige-se “atribuir pesos diferentes aos valores obtidos na amostragem” em que seu procedimento de cálculo estabelece “multiplicar cada valor pelo seu respectivo peso, somar todas as parcelas e dividir o resultado dessa soma pelo total dos pesos atribuídos” (Andriotti, 2003, p. 26). Isto é:

$$(1) \bar{X}_p = \frac{\sum_{i=1}^n (p_i \cdot x_i)}{\sum_{i=1}^n p_i}$$

Exemplificando: o IDH territorial foi calculado a partir da média ponderada, em que o indicador é o IDHM e o peso estabelecido é a população do município. Assim sendo, a média ponderada entre os respectivos indicadores e a população de cada município do recorte territorial, foi calculado por meio do somatório das multiplicações entre valores dos indicadores (IDHM) e a população (peso) divididos pelo somatório da população (peso).

Além desta introdução, este capítulo se desdobra em uma segunda seção em que foi realizada a caracterização e análise socioeconômica dos doze territórios baianos selecionados a partir das políticas de desenvolvimento territorial rural. Por fim, têm-se as considerações finais, em que se buscou reunir as principais conclusões do estudo.

2 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS TERRITÓRIOS BAIANOS INDUZIDOS PELAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

Nesta seção, analisa-se o desempenho socioeconômico dos doze territórios induzidos pelo governo federal no estado da Bahia e que foram selecionados pela pesquisa. Na figura 1, estão representados os territórios analisados: Bacia do Jacuípe (15), Bacia do Rio Corrente (23), Baixo Sul (6), Chapada Diamantina (3), Do Sisal (4), Irecê (1), Litoral Sul (5), Piemonte do Paraguaçu (14), Semiárido Nordeste II (17), Sertão do São Francisco (10), Sertão Produtivo (13) e Velho Chico (2).

FIGURA 1

Mapa com os recortes territoriais no estado da Bahia



Fonte: Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<https://goo.gl/ResihW>>.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A tabela 1 sintetiza um conjunto de informações gerais e demográficas sobre os doze territórios analisados divididos entre TRs e TCs (tabela 1).

Em seguida, está o número de municípios baianos participantes por território e suas dinâmicas populacionais.

Uma primeira observação a ser feita diz respeito à grande variação no número de municípios que compõem estes territórios, média de dezessete municípios por território, variando desde dez, no caso do território Sertão do São Francisco, até 26, no caso do território Litoral Sul. Por um lado, um número elevado de municípios pode ser positivo ao gerar acúmulo de “lideranças” em torno de projetos comuns e ao criar escala de produção e de acesso aos mercados. Por outro lado, pode impor vários fatores limitantes, como a elevada dimensão dos territórios e o elevado número de membros para as assembleias e as devidas deliberações, com custos altos de deslocamento, em um ambiente potencialmente conflitivo e de difícil construção de consensos e tomada de decisões.

Em relação à dimensão dos territórios analisados, verifica-se que são territórios bastante extensos, média de 26.686 km². Apenas um território é inferior a 10 mil km² (Baixo Sul), quatro deles estão entre 10 mil km² e 18 mil km², outros quatro variam entre 20 mil km² e 32 mil km², dois deles estão próximos dos 45 mil km² e o maior deles, Sertão do São Francisco, chega a 61.617 km² em apenas dez municípios (tabela 1). Tamanha extensão territorial gera maiores dificuldades no processo de governança no interior dos conselhos. Para se ter uma noção da grande extensão, os três maiores territórios baianos isoladamente são maiores que o estado do Rio de Janeiro, que possui 43.780 km². Se compararmos tais dimensões com a experiência da União Europeia, o elevado tamanho fica ainda mais patente, pois tomando como referência os territórios do Programa Leader (Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), na Espanha, é raro encontrar um território com mais de 3 mil km².⁴

Também não se pode desconsiderar as enormes distâncias entre as sedes municipais nos territórios brasileiros, em um sentido mais geral e, no caso da Bahia em particular. Por exemplo, em territórios como Bacia do Rio Corrente, Velho Chico e Sertão do São Francisco, os membros dos conselhos precisam percorrer grandes distâncias para participar das reuniões, não sendo raro terem que percorrer mais de 200 km. Além das distâncias, é preciso lembrar, ainda, que rodovias em péssimas condições, por vezes não pavimentadas, deslocamentos por barcos e falta de pontes, dificultam ainda mais aqueles deslocamentos.

Como se não bastasse todas essas dificuldades, é preciso observar, ainda, que os recortes territoriais, promovidos desde cima, nem sempre levaram em consideração características geográficas que dificultam a comunicação entre os municípios que, por vezes, em virtude da existência de rios ou outros acidentes geográficos,

4. Para conhecer mais sobre os territórios rurais na União Europeia, ver Jesus (2013).

tornam as distâncias ainda maiores. Tudo isso contribui para o não favorecimento da articulação entre eles. Exemplo dessa situação é o caso encontrado no Território Sertão do São Francisco, em que o recorte reúne municípios no Noroeste do estado, mas o deslocamento entre as sedes municipais de Campo Alegre de Lourdes e Canudos são de 523 km (Guia Rodoviário, 2011) – notadamente, esse trajeto circunda parte do rio São Francisco e a represa de Sobradinho. Situação semelhante se repete em outros territórios, como no Velho Chico.

Tomando como parâmetro o Censo Populacional de 2010, de uma forma geral, são territórios de baixa densidade populacional, média geral de 14,82 hab./km², em que oito territórios possuem densidade inferior à do estado da Bahia (24,82 hab./km²), que por sua vez, reforçam a caracterização de territórios rurais. Destaque para o território Bacia do Rio Corrente com a menor densidade, 4,48 hab./km². De outro lado, Baixo Sul, o menor território em extensão, possui 47,12 hab./km², e no Litoral Sul, o território mais populoso, a densidade chega a 52,69 hab./km², ocasionada em grande medida pela presença de duas cidades mais populosas: Ilhéus, com 184.236 habitantes e densidade de 104,68 hab./km², e Itabuna, com 204.236 habitantes e densidade de 473,55 hab./km².

TABELA 1

Municípios, população 2010, área total e densidade dos territórios baianos, estado e Brasil

Territórios	Classificação do território	Número de municípios por território	População 2010				Área do território km ²	Habitantes por km ²
			Total	Urbana		Rural		
				Total	Total			
Bacia do Jacuípe	TR	14	237.267	122.387	114.880	48,42	10.718	22,14
Bacia do Rio Corrente	TR	11	200.819	93.386	107.433	53,50	44.778	4,48
Baixo Sul	TC/TR	14	336.511	184.986	151.525	45,03	7.141	47,12
Chapada Diamantina	TC/TR	24	376.390	187.274	189.116	50,24	31.485	11,95
Do Sisal	TC/TR	20	582.329	249.167	333.162	57,21	20.454	28,47
Irecê	TC/TR	20	402.828	247.300	155.528	38,61	26.731	15,07
Litoral Sul	TC/TR	26	772.683	632.787	139.896	18,11	14.665	52,69
Piemonte do Paraguauçu	TR	12	249.114	155.938	93.176	37,40	17.128	14,54
Semiárido Nordeste II	TC/TR	18	407.928	183.239	224.689	55,08	15.977	25,53
Sertão do São Francisco	TC/TR	10	494.431	315.797	178.634	36,13	61.617	8,02
Sertão Produtivo	TR	19	444.666	243.303	201.363	45,28	23.551	18,88

(Continua)

(Continuação)

Territórios	Classificação do território	Número de municípios por território	População 2010				Área do território km ²	Habitantes por km ²
			Total	Urbana		Rural		
				Total	Total	%		
Velho Chico	TC/TR	16	370.095	172.429	197.666	53,41	45.987	8,05
Total dos territórios	-	204	4.875.061	2.787.993	2.087.068	42,81	320.231	14,82
Bahia	-	417	14.016.906	10.102.476	3.914.430	27,93	564.693	24,82
Brasil	-	-	190.755.799	160.925.792	29.830.007	15,64	8.515.767	22,40

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Elaboração dos autores.

Neste cenário, mantendo-se o critério do IBGE para o recorte entre urbano e rural, os dados da tabela 1 ainda revelam grande peso da população rural nesses territórios. Enquanto o Litoral Sul possui 18,11% da população residindo no meio rural, seis territórios possuem entre 36% e 49% da população no meio rural e cinco territórios possuem mais de 50%, como é o caso do território Do Sisal com 57,21% da população total residindo no meio rural. Como resultado geral dos territórios analisados, 42,81% da população vive no meio rural, porcentagem quase triplicada em relação ao Brasil (15,6%), o que justifica políticas específicas para essa população.⁵

No conjunto, os dados demográficos revelam que os territórios induzidos são essencialmente rurais, considerando a metodologia indicada por Veiga (2002) ao estudar as políticas de desenvolvimento rural nos países desenvolvidos. Assim, esse conjunto de territórios exige políticas de desenvolvimento rural que supere a dicotomia rural-urbana, ou seja, que sejam financiados e executados projetos capazes de superar a ênfase exclusivamente agrária do desenvolvimento territorial, como apontam Veiga (2002; 2005), Abramovay (2003), Ortega (2008) e Jesus (2013).

Os dados da tabela 2 complementam as informações populacionais. Por meio de seus dados, percebe-se que, de modo geral, na década de 1990, três territórios registraram queda de população (Litoral Sul, Piemonte do Paraguaçu e Bacia do Jacuípe), enquanto na década de 2000, Litoral Sul e Bacia do Jacuípe continuaram perdendo população. De um modo geral, o crescimento populacional nos territórios nas duas décadas é pouco expressivo, 0,36% ao ano (a.a.) na década de 1990 e 0,27% a.a. na década de 2000, inferior à taxa estadual, que foi de 0,70% a.a. entre 2000 e 2010. Entretanto, quando pensamos que, em geral, no Brasil, registra-se elevação da população (1,63% a.a. na década de 1990 e, 1,17% a.a. na década de 2000), chama atenção essa perda populacional da realidade baiana.

5. O IBGE considera como área rural toda a área que está fora da delibação por parte das prefeituras para o que é urbano, o que torna pequenos municípios e até distritos com dinâmica voltada para meio rural como urbanos.

Em relação ao comportamento entre a população rural e urbana, o que se percebe é que na década de 1990, onze dos doze territórios registram queda da população rural (média de -1,64% a.a.) e crescimento da população urbana (média de 2,64% a.a.). A exceção foi São Francisco, que registrou crescimento populacional rural de 0,31% a.a. na década de 1990. Nos anos 2000, todos os territórios registram queda da população rural (-0,88% a.a.) e onze dos doze territórios registram crescimento da população urbana (média de 1,22% a.a.). A exceção foi o território Litoral Sul que registrou queda da população urbana em -0,06% a.a.

Percebe-se que a queda populacional nos anos 2000 é menor que a década anterior, o que leva a inferir que as políticas de desenvolvimento territorial rural podem ter contribuído para reduzir o ritmo da migração rural, mas ainda não conseguiram acabar com a migração da população rural para o meio urbano e vem contribuindo para manter parte da população nos núcleos urbanos dos pequenos municípios – situação verificada em Minas Gerais (Ortega e Jesus, 2015) e Rio Grande do Norte (Jesus e Fernandes, 2015). Dos 204 municípios analisados nesses territórios, 126 apresentaram crescimento da população total entre 2000 e 2010, em uma taxa média de 0,97% a.a. Por sua vez, 77 municípios apresentaram crescimento da população rural, no mesmo período, a uma taxa média de 1,14%. Essa realidade é bastante distinta do país, que apresenta queda da população rural (tabela 2). Algumas lideranças locais, em entrevistas, apontam para o fato de que muitos moradores têm retornado ao meio rural nos anos 2000, especialmente, os aposentados.

TABELA 2

Taxa de crescimento populacional dos territórios baianos, estado e Brasil (1991, 2000 e 2010)

Territórios	Taxa anual de crescimento da população (%)					
	1991-2000			2000-2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Baixo Sul	0,64	3,16	-1,38	0,89	1,84	-0,14
Chapada Diamantina	0,51	3,64	-1,37	0,31	1,68	-0,87
Do Sisal	0,44	3,44	-1,00	0,66	2,00	-0,23
Irecê	0,36	2,86	-2,37	0,54	1,01	-0,17
Litoral Sul	-0,31	1,80	-4,93	-0,86	-0,06	-3,80
do Paraguaçu	-0,31	2,21	-3,00	0,34	1,09	-0,78
Semiárido Nordeste II	0,69	3,42	-0,72	0,23	1,72	-0,82
Sertão do São Francisco	1,77	3,02	0,31	0,80	1,95	-0,94
Sertão Produtivo	0,86	2,53	-0,51	0,56	1,75	-0,70
Velho Chico	0,72	2,72	-0,54	0,63	1,50	-0,06

(Continua)

(Continuação)

Territórios	Taxa anual de crescimento da população (%)					
	1991-2000			2000-2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Bacia do Rio Corrente	0,19	1,94	-0,89	0,12	1,25	-0,76
Bacia do Jacuípe	-1,39	3,11	-3,67	-0,20	2,00	-2,08
Total dos territórios	0,36	2,64	-1,64	0,27	1,22	-0,88
Bahia	1,08	2,51	-1,34	0,70	1,42	-0,93
Brasil	1,63	2,45	-1,30	1,17	1,55	-0,65

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).
Elaboração dos autores.

Para compreender melhor a realidade dos territórios baianos, procurou-se realizar uma avaliação a partir do Índice de Desenvolvimento Humano⁶ e de alguns dos seus subindicadores. O gráfico 1 ajuda a compreender melhor o comportamento e a evolução do IDH nas duas últimas décadas. Observa-se que o IDH territorial dos doze territórios fica abaixo do IDH da Bahia (0,660) e do Brasil (0,727) em 2010. A situação é preocupante, pois além de o IDH territorial ficar abaixo do baiano, sete territórios têm seu IDH na faixa considerada baixa, inferior a 0,600 (Semiárido Nordeste II, Bacia do Jacuípe, Velho Chico, Do Sisal, Baixo Sul, Piemonte do Paraguaçu e Chapada Diamantina).

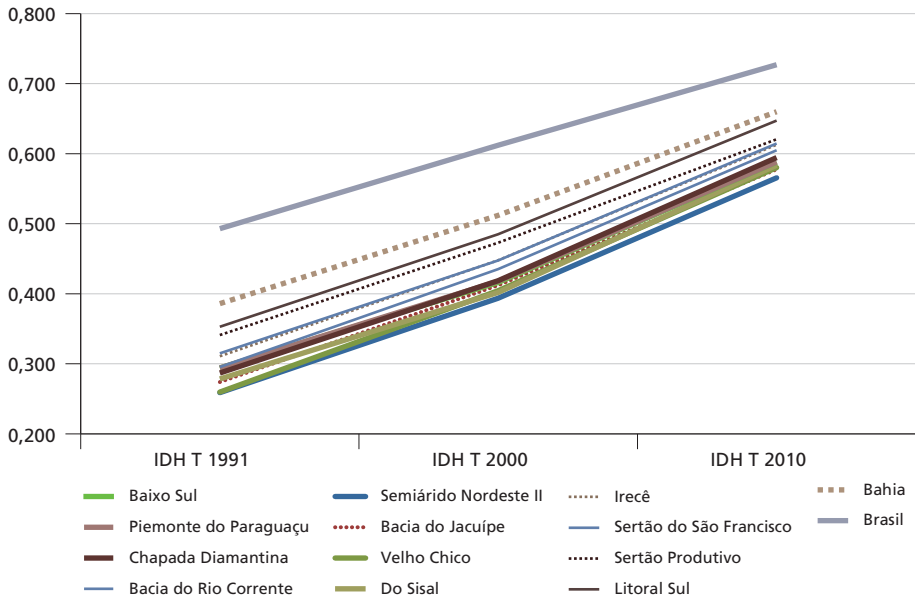
Embora seja uma situação preocupante, é interessante observar, a partir do comportamento das curvas do IDH, retratadas no gráfico 1, que houve evolução do IDH nos territórios analisados, ao longo dos dois períodos, acima da média estadual, o que leva a trajetória das curvas do IDH a aproximar-se da média estadual. Se na década de 1990 o IDH estadual cresceu 37% (de 0,386 para 0,512), o IDH dos doze territórios cresceu entre 38% e 56%. Já na década de 2000, o IDH estadual cresceu 29%, enquanto o IDH dos doze territórios cresceu entre 31% e 45%. São justamente os sete territórios da faixa do IDH baixo que apresentaram maiores evoluções, acima dos 40%.

De maneira geral, dos 204 municípios compreendidos nos doze territórios, apenas três (1,47%) possuem IDH considerado alto: Itabuna (0,712), Barro Alto (0,721) e Abaíra (0,727), sessenta (29,41%) são considerados médios e 141 (69,12%) estão na faixa do IDH baixo. Logo, são municípios que exigem maior atenção por parte das políticas públicas para promoção do seu desenvolvimento e que, muito embora venham apresentando trajetória de melhora, especialmente na década de 2000, ainda estão longe do IDH brasileiro (0,727) (gráfico 1).

6. Este índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês *Mahbub ul Haq*, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seu relatório anual. O IDHM é um número índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. Na versão de 2013, o IDHM foi dividido em cinco faixas: entre 0 e 0,499, é considerado muito baixo; entre 0,500 e 0,599, é considerado baixo; entre 0,600 e 0,699, é considerado médio; entre 0,700 e 0,799, é considerado alto e entre 0,800 e 1, é considerado muito alto.

GRÁFICO 1

Comportamento do IDH nos territórios potiguaros, estado e Brasil (1991-2010)

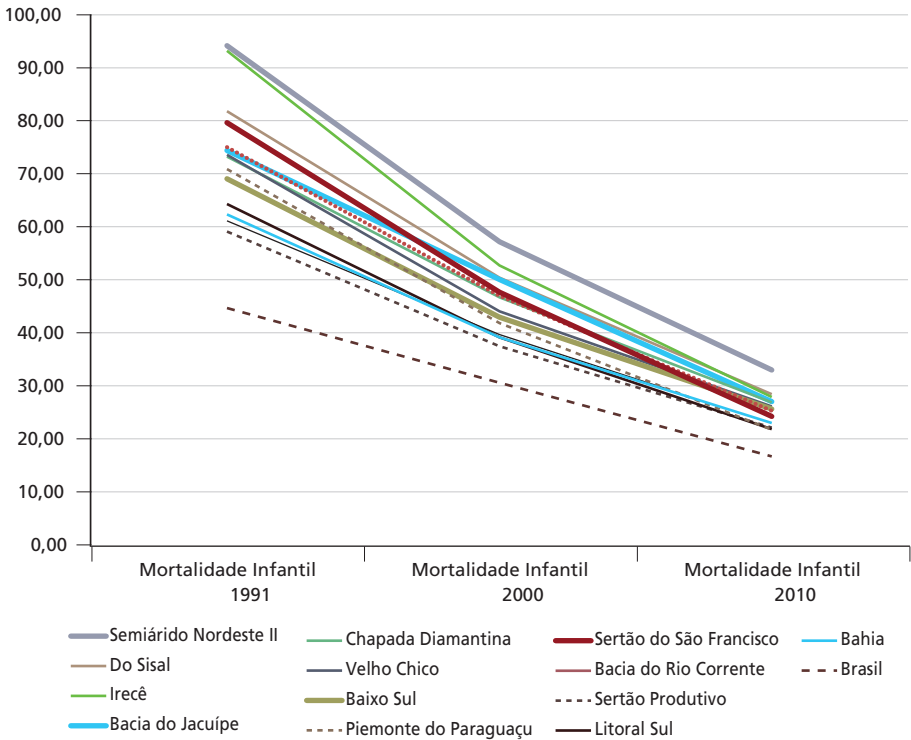


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).
Elaboração dos autores.

O aumento do IDH nos territórios pode ser melhor explicado pela melhoria de alguns subindicadores, dentre os quais, a longevidade, a renda e a educação. Contribuiu para o desempenho do componente longevidade a redução da taxa de mortalidade infantil. De acordo com os dados do gráfico 2, percebe-se uma queda acentuada entre 1991 e 2010 na mortalidade infantil, aproximando-se da média nacional. Dos doze territórios, oito apresentavam mortalidade infantil acima da média estadual em 1991 (70,87 mortos por mil nascidos), número muito superior ao nacional (44,68). Na década de 1990, a queda da mortalidade infantil nos territórios foi da ordem de 38% e, nos anos 2000, foi da ordem de 44%. Assim, a mortalidade infantil em 2010 caiu para o patamar entre 22 a 33 nos territórios analisados, ou seja, todos estão em uma faixa superior à média baiana (21,73). Embora a queda seja significativa, o número de mortes ainda é elevado. No caso do território Semiárido Nordeste II, alcança 32,97 mortes por mil nascidos, quase o dobro da média nacional, que é de 16,7. Essa situação exige maior efetividade das políticas públicas para reduzir esse grave problema.

GRÁFICO 2

Taxa de mortalidade infantil nos territórios baianos, estado e Brasil (1991, 2000 e 2010)

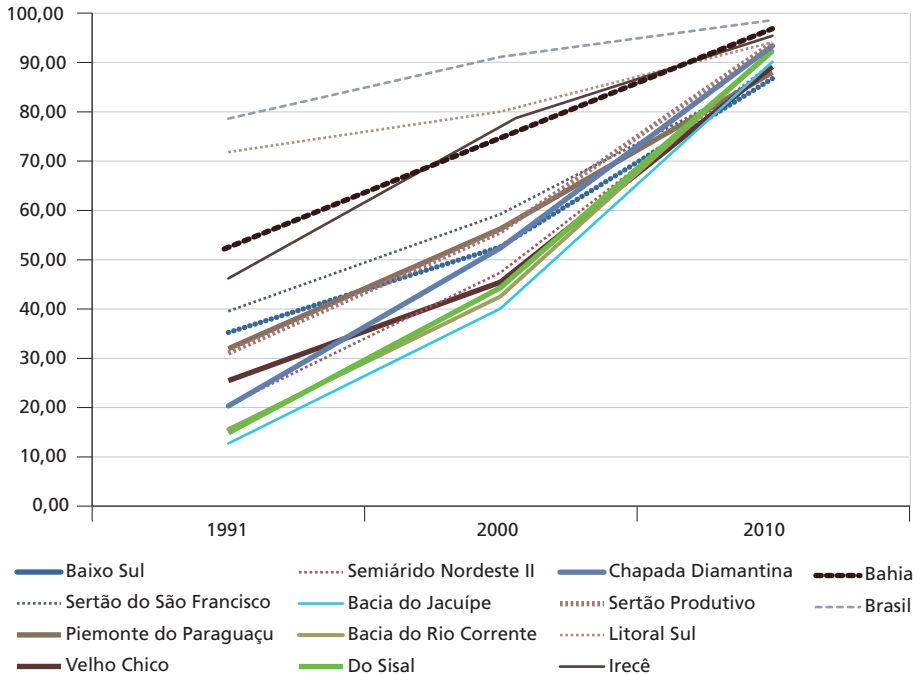


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).
Elaboração dos autores.

Analisando-se as habitações da população que reside nesses territórios, pode-se verificar sensíveis melhorias, muito em função de uma série de políticas públicas, antes distantes de parte dessa população rural, que vêm sendo implantadas nesses territórios. Esse é o caso do acesso à energia elétrica (gráfico 3), serviço público que avançou na década de 1990, quando dez territórios possuíam até 58% das habitações com energia elétrica. No caso do território Bacia do Jacuípe, o acesso chegava a apenas 39,27% das habitações. Grande parte do avanço se deu na década seguinte, convergindo para próximo da média estadual. Assim, em 2010, o território Baixo Sul é o que possui menor acesso à energia elétrica (90,41% das habitações) e o território Irecê o maior acesso (97,16% das habitações), superando a média estadual (96,45% das habitações). Mesmo assim, há de se registrar que entre 3% a 9% das habitações ainda não tinham acesso ao serviço de energia em 2010, sobretudo as habitações rurais, uma demanda apontada nas reuniões dos colegiados territoriais.

GRÁFICO 3

População em domicílios com energia elétrica nos territórios potiguares, estado e Brasil (1991, 2000 e 2010)
(Em %)



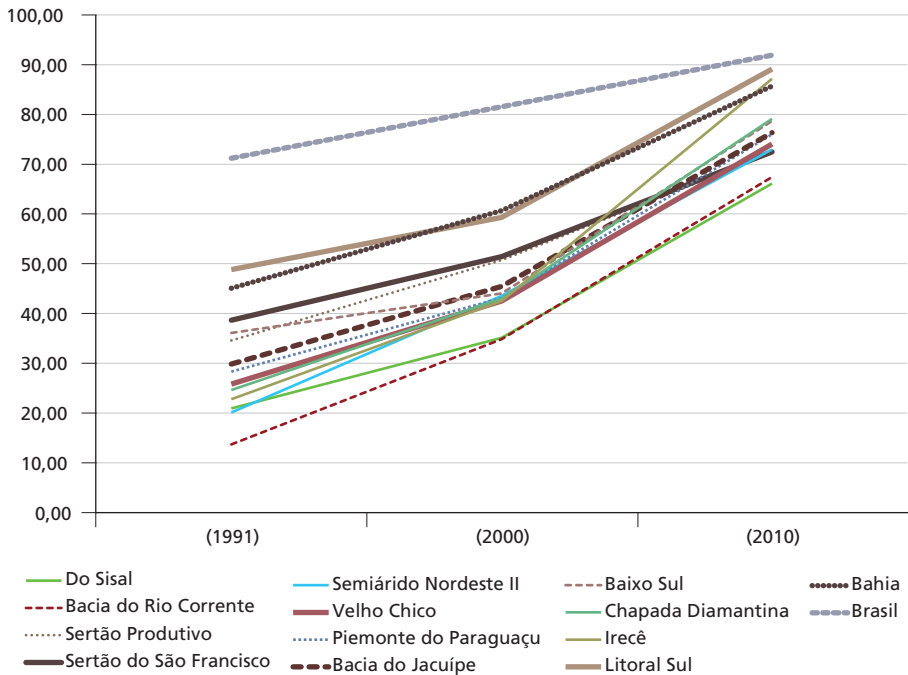
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).
Elaboração dos autores.

Ainda com relação aos domicílios, a trajetória dos serviços públicos (água encanada e coleta de lixo) continua crescendo nesses territórios segundo os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), fazendo com que estes se aproximem da média estadual. No caso da coleta de lixo, treze municípios dentre os 204 analisados não ofertavam tal serviço em 1990 e a abrangência do serviço, em média, cobria 44,60% dos domicílios. Em 2000, a cobertura chegou à média de 73,04% dos domicílios e, em 2010, a 93,72%. Baixo Sul foi o território que registrou o menor percentual de domicílios com coleta de lixo (90,68%) em 2010.

Já o número de domicílios com água encanada vem apresentando crescimento acima da média, especialmente nos anos 2000 e nos territórios com piores IDHs, como pode ser visualizado no território Bacia do Rio Corrente, onde, em 1991, apenas 13,71% da população residia em domicílios com água encanada – este número chegou a 34,84% em 2000 e 67,42% em 2010 (gráfico 4). Pelo gráfico 4, é interessante observar a inflexão das curvas a partir do ano de 2000, em que o crescimento dos domicílios com água encanada parte de um patamar médio de

44,65%, nos doze territórios, para atingir 75,96% em 2010 – porcentagem aquém da média estadual, que é de 85,66%, abaixo da brasileira (92,71%). Somente dois territórios superaram a média estadual (Irecê e Litoral Sul), indicando que a política para o acesso a água encanada ainda tem muito o que avançar nesses territórios.

GRÁFICO 4
População em domicílios água encanada nos territórios baianos, estado e Brasil (1991, 2000 e 2010)
 (Em %)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).
 Elaboração dos autores.

Em relação aos dados sobre a educação do estado baiano, vale destacar que estes apresentam desempenho inferiores aos do Brasil em todas as quatro categorias analisadas: analfabetismo, expectativa de anos de estudos, ensino médio completo e ensino superior completo (tabela 3). Além disso, todos os territórios apresentam dados educacionais inferiores ao do estado, porém com uma trajetória ascendente, com exceção dos anos de estudo para os quatro territórios. Tais dados revelam queda na porcentagem de analfabetos, aumento na expectativa de anos de estudo, aumento do percentual de adultos que concluíram o ensino médio e aumento de adultos com ensino superior.

De um lado, o território Semiárido Nordeste II apresentou os piores dados, dentre os quais, a maior taxa de analfabetismo, a menor expectativa de anos de estudo e o menor percentual de pessoas com 18 anos ou mais com ensino médio completo – apenas 16,52% no ano de 2010. Além disso, neste território, apenas 2,22% da população com 25 anos ou mais possui ensino superior completo, ficando muito aquém da média estadual, que já era baixa (6,40%) em relação à nacional (11,27% em 2010). De outro lado, em 2010, o território Litoral Sul apresentou melhores resultados, 19,13% de analfabetos, 8,38 anos de expectativa estudos, 29,08% da população com 18 anos ou mais com ensino médio completo e, 6,02% da população com 25 anos ou mais possui ensino superior completo.

Assim, mesmo os territórios com os melhores resultados situam-se abaixo do resultado médio do estado. Interessante observar que a expectativa de anos de estudo elevou-se no período analisado para todos os territórios, passando de 5,06 anos para o conjunto dos doze territórios em 1991, para 8,45 anos em 2010. No caso do território Semiárido II, o salto foi maior – em 1991, o tempo de estudo era de apenas 3 anos, chegou a 6,38 anos em 2000, e a 8,05 anos em 2010. O tempo médio na escola no estado avançou de 5,75 anos em 1991, para 7,28 anos em 2000, e, em 2010, aumentou para (8,63 anos). Esse movimento foi acompanhado por todos os territórios, inclusive quatro territórios superaram a média estadual (Chapada Diamantina, Velho Chico, Irecê e Sertão Produtivo). De caráter não menos importante, esses dados vêm impactando positivamente no aumento de pessoas com obtenção de ensino superior nesses territórios.

TABELA 3
Informações sobre educação da população nos territórios baianos, estado e Brasil
(1991, 2000, 2010)

Territórios	Taxa de analfabetismo – 18 anos ou mais			Expectativa de anos de estudo			18 anos ou mais com médio completo (%)			25 anos ou mais com superior completo (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Semiárido Nordeste II	60,31	43,46	33,40	3,00	6,38	8,05	3,66	6,31	16,52	0,19	0,31	2,22
Bacia do Jacuipe	47,19	35,29	27,45	4,79	7,20	8,44	4,15	6,85	17,56	0,19	0,32	1,76
Piemonte do Paraguaçu	47,91	33,55	25,44	5,25	6,95	8,18	5,17	9,30	19,66	0,39	0,90	3,01
Do Sisal	50,32	36,84	27,77	3,56	6,29	8,34	5,61	8,57	19,70	0,38	0,56	2,54
Chapada Diamantina	44,83	31,50	22,84	5,66	6,95	8,88	5,19	8,64	19,96	0,27	0,67	2,97
Baixo Sul	53,50	37,26	26,04	5,22	5,87	7,66	5,58	9,20	20,53	0,68	0,86	3,28
Bacia do Rio Corrente	50,88	35,36	26,96	5,38	7,43	8,30	5,66	8,82	20,61	0,44	0,49	2,63
Velho Chico	47,99	34,37	25,26	5,57	6,99	8,77	6,29	9,08	21,47	0,33	0,49	2,83
Irecê	39,45	27,76	21,29	5,26	7,35	9,04	6,95	10,92	22,23	0,42	0,48	2,81
Sertão Produtivo	45,80	31,61	22,70	6,43	7,71	8,76	8,12	12,01	22,76	0,78	1,22	3,76

(Continua)

(Continuação)

Territórios	Taxa de analfabetismo – 18 anos ou mais			Expectativa de anos de estudo			18 anos ou mais com médio completo (%)			25 anos ou mais com superior completo (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Sertão do São Francisco	43,58	30,66	22,19	5,28	6,99	8,54	7,68	12,65	24,30	1,37	2,15	4,13
Litoral Sul	39,56	27,32	19,13	5,27	6,93	8,38	10,40	15,52	29,08	2,08	2,73	6,02
Bahia	36,77	25,00	17,73	5,75	7,28	8,63	12,83	17,99	31,32	2,50	3,08	6,40
Brasil	20,88	14,50	10,19	8,16	8,76	9,54	17,91	24,67	37,89	5,75	6,77	11,27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).
Elaboração dos autores.

O tempo médio na escola, registrado pela expectativa de anos de estudo, progrediu quase três anos no período, um bom indicador de que as políticas educacionais vêm avançando nesses espaços (tabela 3). Pode-se concluir que as ações governamentais nos três níveis de governo têm propiciado essa melhoria, e, entre várias ações, destaque-se a reforma e ampliação das escolas e a melhoria das condições de transportes dos estudantes na zona rural. Nesse sentido, programas como o Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate), Caminho da Escola e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁷ asseguraram recursos para a melhoria da infraestrutura educacional nos pequenos municípios, mas ainda têm muito a avançar.

Analisando-se outras informações socioeconômicas extraídas do Atlas do Desenvolvimento Humano, tornam-se evidentes algumas transformações que corroboram o baixo IDH nos territórios, mas também evidenciam certa melhora ao longo dos últimos vinte anos, acentuadamente na última década.

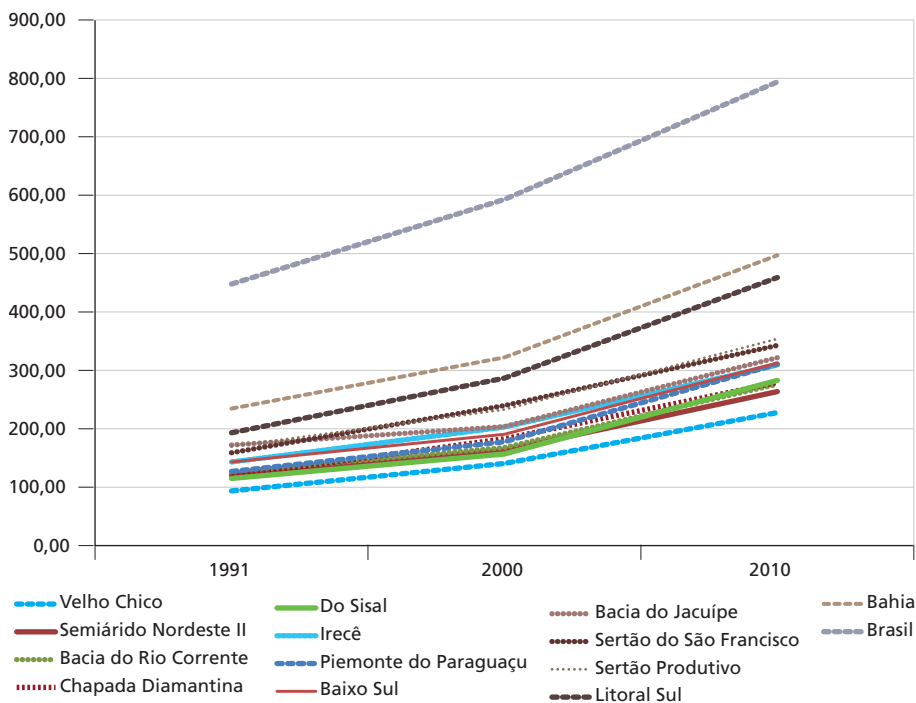
Neste cenário, a partir dos resultados sintetizados no gráfico 5, pode-se concluir que todos os doze territórios apresentam renda *per capita* inferior à média estadual ao longo das duas últimas décadas, o que, por sua vez, é muito inferior à brasileira. Em 1991, enquanto a renda *per capita* do Brasil foi de R\$ 447,56,⁸ a baiana foi equivalente 52,41% da nacional, R\$ 234,57, já a renda dos doze territórios variou entre R\$ 93,68 (Velho Chico) e R\$ 193,19 (Litoral Sul).

7. O (Pnate) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Já o Programa Caminhos da Escola é uma linha de crédito especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniãoibus e micro-ônibus e de embarcações novas. Mais informações sobre os programas, ver: <www.fnde.gov.br>.

8. Com base no Atlas de Desenvolvimento Humano, a renda *per capita* mensal está em preços constantes para o ano de 2010.

Ainda de acordo com os dados do gráfico 5, os resultados da renda *per capita* média, em 2000, revelam um crescimento médio no estado em torno de 37%, o que a elevou para R\$ 322,04, equivalente a 54,36% da nacional (R\$ 592,46). Esse comportamento foi semelhante em seis territórios induzidos, que cresceram entre 33% e 40% (Semiárido Nordeste II, Bacia do Rio Corrente, Do Sisal, Piemonte do Paraguaçu e Baixo Sul), outros cinco territórios cresceram entre 42% e 54% (Velho Chico, Chapada Diamantina, Irecê, Sertão do São Francisco e Litoral Sul). Já a renda no território Bacia do Jacuípe cresceu apenas 18%.

GRÁFICO 5

Renda *per capita* nos territórios baianos, estado e Brasil (1991, 2000 e 2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).
Elaboração dos autores.

Entre 2000 e 2010, houve uma inflexão também positiva no crescimento da renda *per capita* em todos os doze territórios em relação à média nacional – situação que foi acompanhada pelo estado. Enquanto a renda nacional cresceu 34%, a estadual cresceu 54%. Quatro territórios cresceram em uma taxa um pouco menor que a estadual – Sertão do São Francisco (43%) e Chapada Diamantina –, Irecê

e Sertão Produtivo ficam na casa dos 52%. Os outros oito cresceram entre 57% (Bacia do Jacuípe) e 80% (Do Sisal).

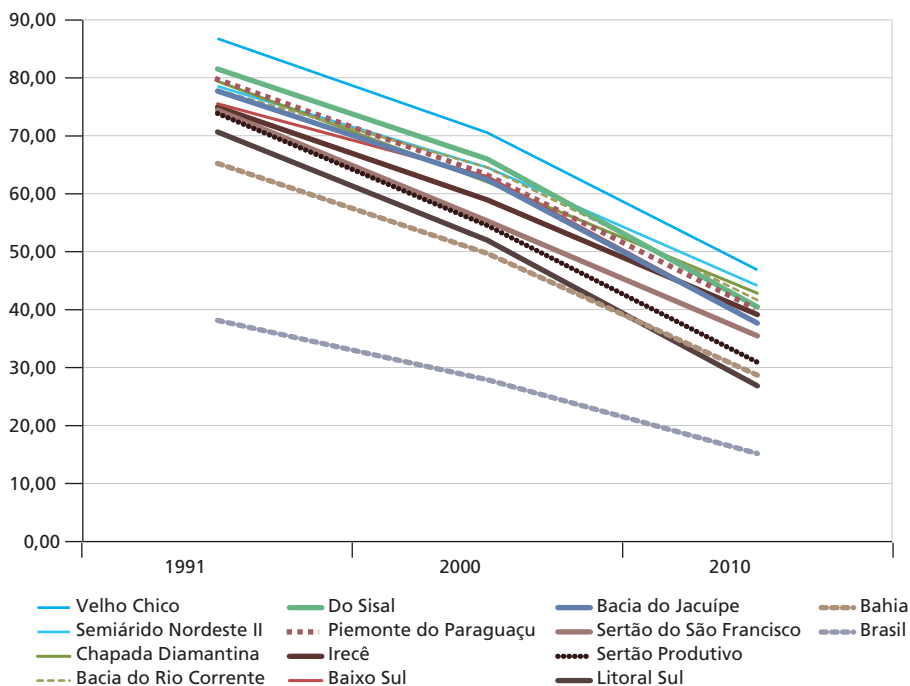
Duas conclusões podem ser retiradas dessas constatações. Em primeiro lugar, ainda que lentamente, a renda *per capita* nos territórios induzidos apresenta crescimento contínuo no período analisado, especialmente nos anos 2000, quando cresce de forma mais acelerada nos territórios mais pobres (Velho Chico, Semiárido Nordeste II e Bacia do Rio Corrente), justamente aqueles que vêm recebendo maior atenção do governo federal com os programas de transferência de renda. Em segundo lugar, mesmo crescendo, inclusive de maneira superior às médias do estado e do país, ainda verifica-se um grande distanciamento de realidades com rendas médias mais elevadas.

O trabalho do Ipea (2012) ajuda a entender o comportamento da renda verificado nos territórios baianos e na Bahia ao analisar a renda *per capita* nacional dividindo-a em dez quartis, tomando como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) entre 2001 e 2011. “Entre 2001 e 2011, a renda *per capita* dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulados, enquanto a renda dos mais pobres cresceu notáveis 91,2% no período” (Ipea, 2012, p. 6). Comportamento que impactou queda do índice de Gini nos onze anos analisados, passando de 0,584 em 2001 para 0,457 em 2011. Ainda de acordo com o trabalho do Ipea, a queda no índice de Gini no período é explicada pelo “trabalho (58%), previdência (19%), Bolsa Família (13%), benefício de prestação continuada (BPC, 4%) e outras rendas (6%) como aluguéis e juros” (Ipea, 2012, p. 7-8).

Esse comportamento do aumento da renda *per capita* ajudou a diminuir o percentual de pobres e de extremamente pobres em todos os territórios analisados da Bahia.⁹ O gráfico 6 apresenta uma trajetória de queda de 24% da população pobre do estado na década de 1990 – queda acompanhada por todos os territórios que variou de -17% no Baixo Sul a -27% no Sertão do São Francisco. No mesmo período, a queda na porcentagem de pobres no país foi de -27%.

9. Proporção de extremamente pobres: “proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010”. Proporção de pobres: “proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010”. Glossário do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013).

GRÁFICO 6
População pobre nos territórios, estado e Brasil (1991, 2000 e 2010)
(Em %)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).
Elaboração dos autores.

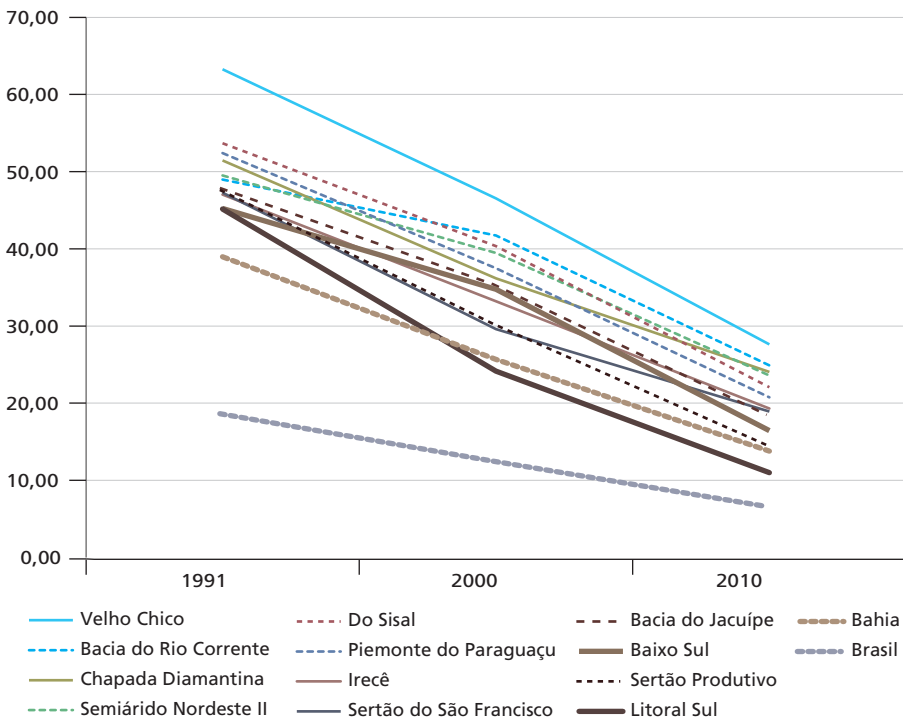
Na década seguinte (2000-2010), a redução da pobreza foi ainda mais acentuada. No estado da Bahia, a pobreza passou a representar, em 2010, 28,72% da população, queda de 42% ao longo da década, enquanto o Brasil possuía 15,79% da população considerada pobre. Essa situação também é verificada nos territórios induzidos, apesar de ter apresentado um ritmo menor de queda, variando de -31% na Chapada Diamantina a -40% no Baixo Sul. Os territórios Sertão Produtivo e Litoral Sul apresentaram reduções maiores, -43% e -48% respectivamente. Como resultado, nota-se que os territórios reduziram a pobreza em um ritmo próximo ao estadual e dos doze territórios, onze possuem maior porcentagem de pobres que o estado em 2010 (28,72%), apenas o território Litoral Sul superou o estado na década de 2000, registrando 26,88% de população pobre.

Situação análoga ocorreu para os dados da população extremamente pobre, cuja porcentagem foi reduzida de 38,96%, em 1990, para 25,68%, em 2000 – queda de 34%. Esse movimento acelerou-se nos anos 2000, quando a porcentagem

de extremamente pobres atingiu 13,79% da população no ano de 2010, queda de 46% no estado da Bahia (gráfico 7).

Pode-se observar também que a queda, para onze dos territórios, foi menor na década de 1990, em um patamar médio de -27%, e acelerada na década de 2000, chegando ao patamar de -43%. O território Litoral Sul, foi o único a ultrapassar o estado nesse quesito, pois a queda da porcentagem da população pobre foi maior, passando de 45,17% em 1991, para 24,14% em 2000 e 10,97% em 2010.

GRÁFICO 7
Extremamente pobres nos territórios baianos, estado e Brasil (1991, 2000 e 2010)
 (Em %)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).
 Elaboração dos autores.

Foi por conta das características socioeconômicas apresentadas que os territórios induzidos receberam atenção especial de diversas políticas públicas. Em uma análise da participação do Programa Bolsa Família, por exemplo, das 2.062.391 famílias beneficiadas na Bahia, no ano de 2013, 877.362 foram beneficiadas pelo programa nos recortes analisados, o que equivale a 42,54% do total, sendo que esses mesmos territórios reuniam 27,60% da população do estado em 2010.

Esses números evidenciam a importância do Programa Bolsa Família no combate à pobreza nesses territórios e uma maior queda na trajetória da população extremamente pobre.

Como pode ser observado por meio dos dados da tabela 4, nos períodos analisados, o volume total de repasse de recursos para as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nos territórios é crescente, passando de R\$ 338,368 milhões, em 2004, para mais de R\$ 1,466 bilhões, em 2013, aumento de 333% no período, considerando o valor corrente. Já o número de famílias beneficiadas cresceu significativamente menos, 34%, o que resultou no aumento expressivo do volume de recursos médios anuais por família no período. No caso do território Velho Chico, cada família beneficiada recebia R\$ 578,20, em 2004, e, em 2013, atingiu o patamar médio de R\$ 1.871,57 (valores nominais). São justamente os territórios com mais baixo IDH que recebem os maiores valores médios. Para exemplificar: o território Velho Chico registrou a menor renda *per capita* (gráfico 5) e a maior porcentagem de extremamente pobres (gráfico 7). Logo, esse benefício tem um peso expressivo na composição da renda familiar de baixo rendimento médio.

Considerando-se o ano de 2010 e uma média conservadora de quatro pessoas por família nestes territórios, a porcentagem de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família chega a 64% no conjunto dos territórios, entre os quais, o território Piemonte do Paraguaçu atingiu 70%. Apenas os territórios Litoral Sul e Sertão Produtivo se situaram em uma faixa um pouco inferior a 60%. Esses números demonstram, portanto, que a implementação de políticas de transferência de renda ganhou enorme importância na busca do objetivo de redução da pobreza nos territórios rurais e da cidadania.

TABELA 4

Número de famílias beneficiadas, valor total do repasse e repasse médio por família do Programa Bolsa Família nos territórios baianos, estado e Brasil (2004, 2010, 2013)

Territórios	Famílias beneficiadas						Valor médio anual por família (R\$)		
	2004		2010		2013		2004	2010	2013
	Número	Valor (R\$)	Número	Valor (R\$)	Número	Valor (R\$)			
Velho Chico	52.682	30.460.683	59.268	68.111.061	69.441	129.963.886	578,20	1.149,20	1.871,57
Sertão do São Francisco	59.464	29.210.039	77.146	86.353.897	84.861	152.098.564	491,22	1.119,36	1.792,33
Do Sisal	87.481	40.468.104	92.549	111.769.284	112.102	199.073.076	462,59	1.207,68	1.775,82
Chapada Diamantina	55.219	28.459.299	59.874	65.609.090	71.012	125.812.598	515,39	1.095,79	1.771,71
Semiárido Nordeste II	58.712	34.266.155	69.669	78.465.271	81.392	140.666.950	583,63	1.126,26	1.728,27
Piemonte do Paraguaçu	35.875	21.207.077	43.616	48.599.728	49.942	84.484.258	591,14	1.114,26	1.691,65

(Continua)

(Continuação)

Territórios	Famílias beneficiadas						Valor médio anual por família (R\$)		
	2004		2010		2013		2004	2010	2013
	Número	Valor (R\$)	Número	Valor (R\$)	Número	Valor (R\$)			
Irecê	58.738	32.845.524	68.547	75.436.153	78.076	130.999.850	559,19	1.100,50	1.677,85
Bacia do Rio Corrente	28.397	15.320.202	32.500	36.894.491	37.281	62.087.070	539,50	1.135,22	1.665,38
Baixo Sul	34.740	15.430.402	55.825	61.667.039	60.678	95.908.730	444,17	1.104,65	1.580,62
Sertão Produtivo	58.799	32.891.856	62.209	67.458.511	70.215	110.105.533	559,39	1.084,39	1.568,12
Bacia do Jacuípe	40.203	21.438.544	40.563	43.748.887	45.006	69.823.034	533,26	1.078,54	1.551,42
Litoral Sul	84.304	36.371.798	113.936	119.976.612	117.356	165.410.836	431,44	1.053,02	1.409,48
Total dos territórios	654.614	338.369.683	775.702	864.090.024	877.362	1.466.434.385	516,90	1.113,95	1.671,41
Bahia	1.554.019	769.476.882	2.203.531	2.298.847.753	2.062.391	3.249.695.431	495,15	1.043,26	1.575,69
Brasil	-	5.533.257.938	-	14.366.015.610	-	22.750.781.400	-	-	-

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal.
Elaboração dos autores.

Para melhor caracterizar esses territórios, fez-se uso de informações sobre suas atividades econômicas por meio do VAB e do PIB. Considerando-se a participação do VAB por setores, pode-se notar que houve uma queda na participação da agropecuária de 2000 para 2010, no estado da Bahia, passando de 8,78% para 7,22% e, no Brasil, de 5,60% para 5,30%. Essa queda se deu em todos os territórios, cuja participação é maior que a estadual no ano de 2010 em onze dos doze territórios analisados, variando de 9,88% (Bacia do Jacuípe) até 31,68% (Bacia do Rio Corrente), enquanto a média dos territórios em 2010 foi de 14,97%. Já a participação do setor agropecuária no território Litoral Sul é de 6,54% (tabela 5).

A participação da indústria no estado e nos territórios, em relação ao total do VAB, ampliou entre 2000 e 2010. No estado, ela passou de 28,86% para 30,28%. No mesmo período, o comportamento nacional foi próximo, passando de 27,73% para 28,07%. Considerando-se os territórios analisados, os dados demonstram baixa participação do setor no VAB, que passou de 16,43% para 18,65% no período analisado. Duas dinâmicas diferenciadas se destacam: *i*) oito territórios possuem participação do setor entre 10,00% (Bacia do Rio Corrente) e 16,98% (Do Sisal), considerado baixo em relação ao estado e abaixo da média do conjunto de territórios; e *ii*) quatro territórios possuem peso industrial acima da média do conjunto de territórios, Sertão Produtivo (20,06%), Sertão do São Francisco (23,97%), Litoral Sul (23,40%) e Baixo Sul (31,51%) – este último é o único que supera a participação estadual.

É importante registrar que o território Litoral Sul concentra expressiva atividade no setor industrial quando comparado com os demais territórios. De acordo

com os dados de 2010, o VAB da indústria atingiu R\$ 6,152 bilhões, representando 4,53% do estado e 21,48% do total entre os doze territórios, com destaque para as cidades de Itabuna e Ilhéus.

Quanto ao setor de serviços, é importante observar o crescimento entre 2000 e 2010 em quase todos os territórios e o elevado peso do setor na composição do VAB. No conjunto dos territórios analisados, o setor participa com 66,38%, enquanto no estado, a participação é de 62,50% em 2010. Apenas dois territórios registraram participações inferiores a 60% – Bacia do Rio Corrente (58,32%) e Baixo Sul (50,54%) em 2010. Os outros dez territórios registraram participações acima de 60%, desde 61,90% no território Chapada Diamantina até 74,21% no território Bacia do Jacuípe (tabela 5). Nestes territórios, a participação do componente serviços administrados, ou seja, o peso do setor público na composição do setor, ficou bem acima da média registrada na Bahia (17,71%), enquanto a média dos territórios foi 29,70%, com destaque para o território Bacia do Jacuípe, que chegou a 41,07%. Mesmo o território Litoral Sul, que possui grande participação do setor de serviços (70,06%), cuja dinâmica se dá em função do seu potencial turístico, os serviços administrados chegaram a 22,33%, muito superior à média nacional (14,93%).

TABELA 5
Participação sobre o valor agregado bruto por setores nos territórios baianos, estado e Brasil (2000 e 2010)
(Em %)

Territórios	Participação sobre o valor agregado bruto – VAB (BA) (%)									
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Serviços administrados		Serviços – Serviços Administrados	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Bacia do Rio Corrente	38,63	31,68	8,80	10,00	52,57	58,32	23,51	23,45	29,06	34,88
Chapada Diamantina	34,38	27,86	8,12	10,24	57,50	61,90	29,19	32,15	28,31	29,75
Velho Chico	28,97	20,80	9,61	10,79	61,41	68,41	33,18	36,64	28,23	31,77
Semiárido Nordeste II	18,40	19,26	11,20	10,72	70,40	70,02	38,76	37,41	31,64	32,61
Baixo Sul	31,22	17,95	10,60	31,51	58,18	50,54	25,11	23,07	33,07	27,47
Piemonte do Paraguaçu	19,05	15,68	11,56	12,46	69,39	71,86	34,53	35,60	34,86	36,26
Sertão do São Francisco	18,92	14,20	27,38	23,97	53,70	61,84	19,64	25,81	34,05	36,03
Sertão Produtivo	17,40	13,46	15,84	20,06	66,76	66,48	27,77	27,94	38,99	38,54
Irecê	21,34	13,10	11,77	12,60	66,88	74,30	33,73	37,60	33,15	36,70
Do Sisal	15,50	10,50	16,60	16,98	67,91	72,52	36,54	39,71	31,36	32,82
Bacia do Jacuípe	15,93	9,88	11,76	15,31	72,31	74,81	41,07	41,15	31,24	33,66
Litoral Sul	7,26	6,54	21,63	23,40	71,11	70,06	21,64	22,33	49,47	47,72

(Continua)

(Continuação)

Territórios	Participação sobre o valor agregado bruto – VAB (BA) (%)									
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Serviços administrados		Serviços – Serviços Administrados	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total dos territórios	19,29	14,97	16,43	18,65	64,28	66,38	27,64	29,70	36,64	36,68
Bahia	8,78	7,22	28,86	30,28	62,36	62,50	15,67	17,31	46,69	45,19
Brasil	5,60	5,30	27,73	28,07	66,67	66,63	14,93	16,20	51,74	50,43

Fonte: Sidra/IBGE.
Elaboração dos autores.

No conjunto, tomando-se como parâmetro os dados da tabela 5, pode-se caracterizar os territórios rurais menos dinâmicos em relação ao comportamento do VAB como os que possuem maior participação no setor agropecuário, baixa participação na indústria e maior participação no setor de serviços, com grande peso dos serviços administrados, como ocorre nos territórios Bacia do Rio Corrente, Chapada Diamantina, Velho Chico e Semiárido Nordeste II. Mesmo os que possuem menor participação no VAB da agropecuária e registraram baixa participação na indústria, anotam maior participação do setor de serviços, com grande peso dos serviços administrados (Piemonte do Paraguaçu, Irecê e Do Sisal). Por sua vez, os três territórios com maior peso da atividade industrial mantêm a mesma lógica no setor de serviços (Baixo Sul, Sertão do São Francisco e Litoral Sul), mesmo o território Litoral Sul possuindo elevado peso no setor de serviços privados.

Em relação ao comportamento do PIB nos territórios analisados, deve-se observar a sua baixa participação no total do estado, pois enquanto os doze territórios reuniam 34,78% da população estadual, a participação no PIB foi de 19,77% (tabela 6). Todos os territórios registraram a mesma situação, desde o território Litoral Sul, que reúne maior população e PIB, respectivamente, 5,51% e 4,43% em relação ao estado; até o território Bacia do Jacuípe, que participa com 1,69% da população estadual e a menor participação no PIB entre os territórios – apenas 0,66%. Deve-se observar que os territórios em regiões mais desfavorecidas do ponto de vista climático, como o semiárido e o vale do São Francisco, registram os maiores hiatos entre população e PIB, superando os 50% quando comparado à participação no estado, como ocorre nos territórios Velho Chico, Irecê, Bacia do Jacuípe, Piemonte do Paraguaçu, Do Sisal e Semiárido Nordeste II. Apesar da baixa participação do PIB em relação ao estado, o que se verifica é que, entre 2000 e 2010, dos doze territórios analisados, dez apresentaram taxa de crescimento anual do PIB maior que a estadual (4,00%), sendo que o território Velho Chico cresceu a uma taxa de 4,60% a.a. até a taxa de 6,93% a.a. para o território Baixo Sul (tabela 6). Por sua vez, Sertão do São Francisco e Litoral Sul cresceram abaixo da taxa estadual, 2,74% a.a. e 3,21% a.a. respectivamente.

TABELA 6
Comportamento do PIB nos territórios baianos, estado e Brasil (2000 e 2010)

Territórios	PIB Nominal 2000 (R\$ mil)	PIB Nominal 2010 (R\$ mil)	PIB 2000 a valores de 2010 (R\$ mil)	Taxa de crescimento do PIB 2000-2010 (%)	População em relação ao estado (2010) (%)	PIB em relação ao estado (2010) (%)
Baixo Sul	612.750	2.683.611	1.373.786	6,93	2,40	1,74
Chapada Diamantina	585.479	2.078.739	1.312.644	4,70	2,69	1,35
Do Sisal	716.374	2.701.978	1.606.111	5,34	4,15	1,75
Irecê	544.133	1.945.591	1.219.946	4,78	2,87	1,26
Litoral Sul	2.222.234	6.834.348	4.982.249	3,21	5,51	4,43
Piemonte do Paraguaçu	369.256	1.346.338	827.872	4,98	1,78	0,87
Semiárido Nordeste II	494.468	1.969.906	1.108.597	5,92	2,91	1,28
Sertão do São Francisco	1.231.536	3.617.847	2.761.104	2,74	3,53	2,34
Sertão Produtivo	768.225	2.845.984	1.722.360	5,15	3,17	1,84
Velho Chico	519.956	1.828.563	1.165.741	4,60	2,64	1,18
Bacia do Rio Corrente	420.220	1.628.728	942.133	5,63	1,43	1,06
Bacia do Jacuípe	282.393	1.026.039	633.125	4,95	1,69	0,66
Total dos territórios	8.767.024	30.507.672	19.655.668	4,49	34,78	19,77
Bahia	46.523.212	154.340.458	104.305.041	4,00	-	-
Brasil	1.179.482.000	3.770.084.872	2.644.398.644	3,61	-	-

Fonte: Sidra/IBGE.
Elaboração dos autores.

Embora dez territórios registrem trajetórias de crescimento do PIB acima da estadual, a distância existente entre tais territórios e o estado é expressiva, pois são territórios com pequena produção interna. Enquanto o PIB por habitante no conjunto de territórios, em 2010, foi de apenas R\$ 6.257,90, o estadual foi pouco superior a R\$ 11.000,00 e o brasileiro superou os R\$ 19.000,00. Ou seja, em termos de PIB *per capita*, os habitantes dos territórios baianos produzem apenas um terço da riqueza nacional, mesmo com o crescimento experimentado na década de 2000.

6 OBSERVAÇÕES FINAIS

Considerando-se os dados apresentados, verifica-se que as políticas territoriais (Pro-nat e PTC), em conjunto com outras políticas públicas, beneficiaram municípios socioeconomicamente mais fragilizados do estado baiano. Como consequência, esses territórios mais pobres são os que vêm apresentando elevação mais acelerada nas trajetórias de qualidade de vida nos anos 2000, com ritmo de crescimento econômico e social acima da média estadual. Por outro lado, deve-se observar que a distância socioeconômica desses territórios para a realidade nacional ainda é grande,

e o crescimento acima da média estadual, especialmente na década de 2000, não foi suficiente para uma aproximação da realidade média estadual.

Em relação à composição dos territórios, identifica-se, por um lado, grande variação no número de municípios participantes destes territórios e dimensões variadas entre os territórios. Por outro lado, verificam-se uma baixa densidade populacional, com grande peso da população rural, e manutenção do êxodo rural nos anos 2000, embora a taxas menores que na década de 1990, mesmo que alguns municípios registrem pequeno crescimento da população rural, informações que reforçam a caracterização de territórios rurais.

Embora o IDH dos territórios fique abaixo da média estadual, verificou-se aumento nos territórios acima da trajetória estadual, especialmente nos mais pobres, o que pode ser explicado pela melhoria de alguns indicadores, entre os quais: longevidade, renda, educação e serviços públicos ofertados aos domicílios.

Em termos econômicos, a renda *per capita* dos mais pobres vem crescendo numa proporção próxima à do estado, que, por sua vez, é superior ao nacional, especialmente nos anos 2000. Isto fica ainda mais evidente nos territórios rurais mais pobres e que possuem elevada participação do Programa Bolsa Família e outros programas sociais. Os dados também registram queda na porcentagem de pobres e de extremamente pobres em patamares próximos ao dos indicadores estaduais.

Os territórios rurais menos dinâmicos são os que possuem elevada participação do setor de serviços na composição do VAB, com grande peso dos serviços administrados, baixa participação da produção industrial e relativo peso da atividade agropecuária. Em relação ao comportamento do PIB, deve-se observar sua baixa participação no total do estado, porém, dos doze territórios analisados, dez apresentaram taxa de crescimento média superior à estadual nos anos 2000.

Conclui-se, portanto, que em termos sociais e econômicos, conforme hipótese levantada, ocorreu uma lenta redução das assimetrias regionais nos territórios mais pobres, fruto de um conjunto de políticas públicas, particularmente, as sociais, que se intensificaram nos anos 2000 e vêm propiciando melhor qualidade de vida. Mesmo com o desempenho econômico desses territórios acima da média estadual, eles exigem maior atenção quanto aos investimentos realizados, já que ainda estão distantes da média estadual e nacional, pois os habitantes dos territórios baianos produzem apenas um terço da riqueza nacional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ANDRIOTTI, J. L. S. **Fundamentos de estatística e geoestatística**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2003.
- ATLAS BRASIL – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. **Atlasbrasil.org.br**. 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 28 out. 2015.
- GUIA RODOVIÁRIO. **Guia Quatro Rodas Rodoviário**. São Paulo: Abril, 2011.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. Brasília: Ipea, 2012. (Comunicados do Ipea, n. 155).
- JESUS, C. M. **Desenvolvimento territorial rural: análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha**. 2013. Dissertação (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2013.
- JESUS, C. M.; FERNANDES, V. R. V. Desenvolvimento territorial rural: análise socioeconômica dos territórios induzidos por políticas públicas no Rio Grande Norte. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, 16., 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Enanpur, 2015.
- ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Alínea, 2008.
- ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Desenvolvimento rural em Minas Gerais: caracterização socioeconômica dos territórios mineiros induzidos por políticas públicas na última década. *In: ORTEGA, A. C.; ESTRADA, E. M. (Org.). Desenvolvimento em territórios rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha*. Campinas: Alínea, 2015. v. 1, p. 277-308.
- VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- _____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamound, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Governo Federal. **Portal da transparência**: governo federal. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Secretaria especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Portal do FNDE**. Disponível em: <www.fnde.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2015.

